Ata da 22.ª Reunião de Câmara | Ordinária Pública

18 de agosto de 2025, 16:00h

Maia, Paços do Concelho

Ao décimo oitavo dia do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, pelas dezasseis horas, na sala de reuniões no terceiro piso do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a vigésima segunda reunião de Câmara, ordinária pública.

Presidiu à reunião o Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago.

Secretariou a reunião, Marisa Neves.

Estiveram presentes:

1. Presidente, António Domingos da Silva Tiago
2. Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
3. Vereador, António Manuel Leite Ramalho
4. Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras
5. Vereador, Paulo Sérgio Fernandes da Rocha
6. Vereador, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro
7. Vereador, António José Ferreira Peixoto
8. Vereadora, Susana Maria Pereira Junqueira Pacheco Neto

Estiveram ausentes, por motivos devidamente justificados: a Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos, e o Senhor Vereador, Mário Nuno Alves de Sousa Neves, (Coligação Maia em Primeiro).

Estiveram presentes em regime de substituição: a Senhora Vereadora, Maria Alexandra Leite da Silva Torres Teles de Menezes, e a senhora Vereadora Ana Cristina Alves Correia (Coligação Maia em Primeiro).

A reunião teve início pelas 16:00h, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. **Período de intervenção do público**

A munícipe, [redacted] interveio, referindo que o primeiro assunto se prendia com saúde pública e de bem-estar. Tratava-se da existência de uma quinta, na [redacted] onde eram mantidos animais de grande porte, nomeadamente cavalos, e que na opinião da Senhora [redacted] não estava a ser assegurada a limpeza e a gestão de dejetos dos animais. A quinta esta sediada num centro populacional [redacted] abrangia cerca de três ruas. Os residentes já tinham feito um abaixo-assinado, que a Senhora [redacted] tinha em sua pose, a expor esta situação, tinham entregue na Junta de Freguesia, e nas entidades competentes, mas até à data não tinham tido nenhuma resposta ao ponto de situação. Mais referiu que era uma situação que afetava a vida diária: não podiam abrir uma janela, não podiam abrir a porta de casa, não podiam usufruir dos espaços exteriores. Era uma questão que estava mesmo a afetar a vida quotidiana de todos os residentes. Neste sentido, a munícipe, [redacted] pretendia que o Executivo da Câmara Municipal de uma forma diligente, perante os serviços competentes, tomassem as devidas diligências, porque era uma situação de saúde pública, de salubridade animal e desequilíbrio ambiental. Solicitou ajuda para encontrar uma solução, porque esta situação arrastava-se há muitos anos. A munícipe, [redacted] falou também de um terreno que estava em toda a extensão da [redacted] Era uma mata que não estava limpa, continha vegetação seca e densa, com árvores muito altas. Na situação atual do País, o risco de incêndio era elevado, e considerava que não estava a ser feita uma boa gestão do combustível vegetal. Mais referiu que o proprietário do terreno não estava a cumprir com a Lei, solicitando fiscalização para o terreno mencionado.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, usou da palavra para referir que a Câmara Municipal iria agir, juntamente com o SEPNA e a DGAV, que era a entidade que licenciava esse tipo de explorações.

A Senhora Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda, referiu que tinha havido uma vistoria efetuada em sede de licenciamento urbanístico, com a delegação de saúde da Maia, e nesse preciso momento não estava nenhum equídeo no espaço, razão

pela qual a médica veterinária não se tinha prenunciado. A Senhora Vereadora solicitou à DGAV informações se existia algum licenciamento para aquele local.

A Senhora Comandante do Serviço de Polícia Municipal e Fiscalização, Romana Abreu, deu nota da existência de boxes de equídeos, e durante a semana em curso seria realizada uma nova fiscalização para verificar toda a situação em termos de salubridade para posteriormente reportar à DGAV.

2. Período de antes da ordem do dia

O Senhor Vereador, António José Ferreira Peixoto, interveio, referindo que na Rua do Monte, em Cidadelha, mais concretamente na Quinta do Monte, que se dedica á criação de gado, existe uma fossa a cerca de 4 metros no interior da propriedade, que é despejada diariamente para as caixas exteriores das águas pluviais existentes na referida rua. Esta situação foi reportada ao Senhor Vereador, por munícipes, através de fotografias e vídeos. O Senhor Vereador referiu ainda que lhe foi transmitido pelos munícipes que dentro da propriedade e por detrás da habitação principal existe uma vacaria e que a mesma deveria de estar em situação legal, mas que, entretanto, fizeram um novo armazém para criação de touros, podendo o mesmo estar em situação ilegal e que todos os dejetos produzidos seriam depositados numa "bouça" situada perto do mesmo. Esta situação foi também reportada pelo Senhor Vereador à Doutora Romana Torres, Comandante do Serviço de Polícia Municipal e Fiscalização da Maia, presente na Reunião que ficou de averiguar a situação, por indicação do Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Vereador abordou outro assunto, relacionado com os contadores de água dos SMAS, referindo que atualmente a contagem dos consumos de água das habitações eram efetuadas para o SMAS por um sistema de telecontagem. Este sistema permite as leituras dos consumos da água, mas também permite a deteção de consumos exagerados nas mesmas, tendo para o efeito um sistema de alarme para o operador de supervisão dos SMAS. Esta situação do consumo de águas em excesso normalmente deve-se a fugas que possam existir a jusante do contador e então os operadores dos SMAS ao fim de quatro dias informam o consumidor do excesso de consumo. O Senhor Vereador referiu que o problema era que ao fim de quatro dias o munícipe com uma torneira minimamente mal fechada, tinha um desperdício de cerca de dois metros cúbicos de água, e que teria de pagar. O Senhor

Vereador deixou uma sugestão para no futuro seja realizada uma reprogramação do sistema de telegestão e que os alarmes deste tipo de situações fossem diários e assim minimizar os possíveis custos ao munícipe de situações anómalas e de excesso do consumo. O Senhor Vereador apresentou uma última questão, relacionada com os jardins, referindo que eram limpos de dois em dois meses ou mais, nos períodos de grande crescimento da vegetação, tornando a mesma nos jardins imprópria para os munícipes poderem usufruir do mesmo. Notou ainda o Senhor Vereador que em alguns jardins, a empresa que zela pela manutenção fazia um trabalho de limpeza e conservação incompleto, pois deixava uma parte do mesmo sem qualquer intervenção, ou seja, só tratava uma parte do mesmo questionando se tal se devia por falta de tempo para terminar o serviço, deixou assim o alerta para que os serviços fossem fiscalizadores dos trabalhos realizados.

A Senhora Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda interveio, referindo que o verão era uma época critica, até porque as empresas que prestavam serviço também tinham que der férias ao seu pessoal, pese embora, toda a fiscalização. Mais referiu a Senhora Vereadora que já tinha passado a pior fase, e acrescentado a esta época do ano, nos sistemas de rega, que roubam os aspersores.

A Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, interveio, referindo que todos têm assistido nos últimos tempos ao trabalho que a Associação de requalificação do Rio Leça tem feito, mas este verão foi uma altura triste para todos, face às descargas ilegais que tinham vindo a ser preconizadas nos últimos meses. A 20 de junho houve uma descarga ilegal no Rio Leça, e deixou toda aquela área numa lástima, com centenas de peixes sem vida, que foram até recolhidos por uma munícipe, conforme descrito numa notícia do Jornal de Notícias, no dia 10 de agosto. Nessa notícia foi referido que estavam o Presidente de Câmara e a Direção da Associação a aguardar o envio do relatório final da atuação dos guarda rios, onde foram levantadas algumas hipóteses que envolviam o Concelho da Maia, nomeadamente, que já teria havido descargas ilegais na ribeira de Leandro no final de junho. Outra hipótese era que poderia ser uma empresa da Maia, outra de Valongo, e também foi levantada a hipótese de ter havido um entupimento na rede de saneamento durante uns dias, no Concelho da Maia. A questão do Partido Socialista, era perceber o que tinha sido apurado. Questionou também a Senhora Vereadora, se em circunstâncias desta natureza, as quatro Câmaras Municipais

envolvidas não podiam rapidamente disponibilizar meios para recolher os animais mortos. Se o relatório dos guardas rios já tinha sido disponibilizado, e se podiam ter acesso ao relatório. Se era verdade que tinha havido um entupimento na rede de saneamento na Maia, na mesma altura. Se estava provado que tinham sido as duas empresas, uma da Maia outra de Valongo, as responsáveis por aquele atentado ecológico. Se sim, se as empresas foram identificadas e autuadas. Que medidas de monitorização estavam previstas ser implementadas ao longo do Rio Leça, para que quem continua reiteradamente a cometer este tipo de crimes fosse punido. A Senhora Vereadora prosseguiu a sua intervenção, referindo que junto à Siderurgia Nacional, na madrugada de 13 para 14 de agosto, às 2h30 da manhã, se ouvia muito barulho *(a Senhora Vereadora apresentou um áudio ao executivo, onde era audível o barulho)*. A Senhora Vereadora solicitou que a Câmara Municipal enviasse um ofício à Administração da Siderurgia Nacional a questionar o que se tinha passado, e que apresentasse queixa às entidades competentes, porque a população não podia continuar a ser incomodada daquela forma durante a noite. A Senhora Vereadora referiu um outro assunto, relacionado com a recolha de resíduos sólidos urbanos depositados ilegalmente na via pública. Todos sabiam que isto era um ato de falta de civismo da população, mas a situação tem vindo a piorar. Na zona de Águas Santas, na junção da Rua Dom Diniz com a Rua do Regado, junto ao miniparque, um conjunto de pessoas elegeram aquele local para depositar o mais inacreditável tipo de dejetos. A Senhora Vereadora apelou a que os serviços de educação ambiental da Câmara da Maia levassem a cabo uma grande ação de sensibilização ambiental e que houvesse mais fiscalização nestes locais por parte da Polícia Municipal, para a resolução deste problema. Ao lado na Rua Teófilo Braga passava-se exatamente a mesma coisa. Mais referiu a Senhora Vereadora, que em Pedrouços, na Rua Gonçalo Mendes da Maia, em que a situação melhorou quando foram colocados armários, mas neste verão agudizou-se. Por último, a Senhora Vereadora questionou o que iria ser construído na Rua Dr. António dos Santos, onde iria passar o Metro e a linha do comboio.

A Senhora Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda, referiu que em relação à poluição do Rio Leça, além da tragédia ambiental, também era chocante que nesta época houvesse aproveitamento político. A situação foi amplamente discutida em reunião da Associação do Corredor do Rio Leça, onde foi entendimento que,

havendo uma associação criada para a despoluição e preservação do Rio Leça, devia ser a própria associação a fazer todo o tipo de comunicados, o que não impediu que internamente cada um dos Municípios fizesse o seu trabalho, nomeadamente no que dizia respeito à elaboração do relatório. Quanto à questão dos guarda rios, graças à Associação do Rio Leça e à contratação dos guarda rios, o rio estava monitorizado desde a nascente à foz, através de sondas que permitem recolher informação. Numa primeira fase, o que foi feito, foi verificar os dados que foram permitidos recolher, onde se verificou um foco de poluição de domingo para segunda-feira, na data em que apareceram os peixes mortos; um foco de poluição com um PH acima de 3, muito ácido. Mais referiu a Senhora Vereadora que àquela data o relatório ainda estava a ser elaborado, e o que foi feito de imediato foi chamar o SEPNA, recolher amostras da água, recolher também um dos peixes mortos, para tentar perceber a origem do foco de poluição. Tudo leva a crer, até pela cor da água, que podiam estar a falar de uma unidade industrial ferrosa. Internamente foi solicitado à Polícia Municipal um levantamento de todas as unidades industriais daquela natureza, para começar a bater à porta, sensibilizar, e depois obrigar. Foi também decidido um *modus operandi*, que foi imediatamente fazer uma comunicação à APA, em articulação com os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e os concessionários, com a envolvência do SEPNA, para que se possa combater estes focos de poluição. Cada um dos municípios está também a preparar intervenções importantes nas suas ETAR, porque desta vez tinha sido uma unidade industrial, mas também podiam ser os próprios sistemas de cada uma das ETAR. Mais disse a Senhora Vereadora, que o Plano Diretor de Saneamento do Concelho da Maia foi elaborado nesse sentido. Quanto à ribeira do Leandro, houve um entupimento fruto de um cifão que lá existe, que já estava a ser devidamente acautelado com uma obra de maior infraestrutura.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, referiu que a rede de saneamento do Concelho da Maia foi das primeiras do País a ser construída, e que, por esse mesmo motivo, foi ficando obsolescente. Durante estes últimos anos esteve em curso uma renovação da rede, tendo sido introduzidas melhorias muito significativas e um estado funcional muito satisfatório. Relativamente às ETAR, a Maia também foi o primeiro Município a construir uma ETAR com tratamento secundário, pelo que, e naturalmente, ao fim destes anos,

precisa de ser reabilitada. Para a ETAR de Ponte de Moreira foi adjudicada a obra com aprovação do programa 2030, que comparticipa 70% do valor da obra. Para a ETAR de Parada a Câmara Municipal tinha um anteprojeto que foi aceite pela CCDRN e a APA para depois ser lançado um concurso internacional, tendo, entretanto, a CCDRN obrigado a Câmara a fazer o projeto de execução, que está em curso. Quanto à questão do entupimento no ribeiro do Leandro, o Senhor Presidente corroborou o que a Senhora Vereadora Marta Peneda tinha anteriormente referido. Quanto à questão do Rio Leça, referiu o Senhor Presidente que a resposta devia ser dada pelo Presidente da Associação do Corredor do Rio Leça, que representa os quatro Municípios. Esclareceu o Senhor Presidente que os Guarda Rios são pagos pelos quatro Municípios, que são funcionários das autarquias destacados para efetuar aquele trabalho.

3. **Aquisição de uma parcela de terreno sito no Lugar do Campo da Vessada, freguesia de Folgosa, concelho da Maia, destinado à Empreitada de Reperfilamento da Avenida São Fins, freguesia de Folgosa e São Pedro Fins - Declaração de Utilidade Pública para efeitos de Expropriação**

   Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 33350/25

Depois de submetidos a discussão e votação foi: a) Aprovação do relatório de avaliação anexo; b) Aprovação da planta anexa, com a identificação e delimitação da parcela de terreno a expropriar; c) solicitar à entidade competente, a declaração de utilidade pública da parcela de terreno em causa, mediante prévia notificação por escrito ao titular de direito de propriedade, nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 10.º, e n.º 2 do artigo 11.º do referido diploma legal, **tudo aprovado por unanimidade.**

4. **Apoio ao voleibol juvenil no Município da Maia - Atribuição de subsídios, a título extraordinário, a 2 coletividades maiatas, como apoio nos custos de inscrição de atletas nos escalões de formação, na época desportiva 2024/2025, num montante total de € 12.971,00**

   Proposta subscrita pelo Senhor Vereador do Pelouro do Desporto, Dinamização Territorial e Turismo, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro – registo n.º 26134/25

Depois de submetida a discussão e votação foi a atribuição de um subsídio total de € 12.971,00 (doze mil, novecentos e setenta e um euros) como apoio nos custos de inscrição de atletas em escalões de formação do voleibol juvenil na época desportiva 2024-2025, distribuída da seguinte forma: Castêlo da Maia Ginásio Clube € 6.910,00 (seis mil, novecentos e dez euros); Grupo Desportivo e Cultural de Gueifães € 6.061,00 (seis mil e sessenta e um euros). Os montantes referidos serão liquidados por conta da rubrica própria, constante no Orçamento do Município do corrente ano, nos moldes da minuta de CPDD anexa, a celebrar com cada clube, **aprovada por unanimidade.**

5. **Atribuição de um subsídio a título excecional, à Federação Portuguesa de Basquetebol, no valor de € 35.000,00, tendo em vista a comparticipação financeira desta câmara na realização do evento "3X3 - Circuito Nacional Maia 2025"**

   Proposta subscrita pelo Senhor Vereador do Pelouro do Desporto, Dinamização Territorial e Turismo, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro – registo n.º 9106/25

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, questionou qual o objetivo deste evento.

O Senhor Vereador, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro, referiu que era o circuito Nacional de basquetebol de rua 3x3, que é atualmente uma modalidade olímpica, e que à semelhança do que tinha acontecido no ano passado, o circuito Nacional terminava com uma etapa na Maia, assim como a final do circuito realizasse na Maia.

Depois de submetida a discussão e votação foi a da atribuição de um subsídio excecional, à Federação Portuguesa de Basquetebol, no valor de € 35.000.00 (trinta e cinco mil euros), como comparticipação financeira para a realização do evento "3x3 - Circuito Nacional Maia 2025", integrado no "Maia Desporto para Todos – Maia Cidade do Desporto 2025", cujo pagamento será liquidado, por conta da rúbrica própria constante no Orçamento do Município para o corrente ano, nos termos e para os efeitos consignados na minuta do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo anexa, **aprovada por unanimidade.**

6. **Atribuição de um subsídio a título excecional, ao Grupo Cultural e Recreativo de Ardegães no valor de € 6.400,00, tendo em vista a comparticipação financeira desta câmara nas comemorações do 50º aniversário do clube**

   Proposta subscrita pelo Senhor Vereador do Pelouro do Desporto, Dinamização Territorial e Turismo, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro – registo n.º 22270/25

Depois de submetida a discussão e votação foi a da atribuição de um subsídio excecional ao Grupo Cultural e Recreativo de Ardegães, no valor de 6.400,00 € (seis mil e quatrocentos euros), para a realização das "Comemorações do 50º aniversário do clube", inserida no âmbito do projeto "Maia Desporto para Todos – Maia Cidade do Desporto 2025", **aprovada por unanimidade.** A comparticipação financeira será liquidada por conta da rubrica própria constante no Orçamento do Município para o ano de 2025, após a celebração de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, nos moldes da minuta anexa.

7. **Atribuição de um subsídio a título excecional, à AXM - Associação de Xadrez da Maia, no valor de € 5.000,00, tendo em vista a comparticipação financeira desta câmara na realização do "Programa Maia Xadrez"**

   Proposta subscrita pelo Senhor Vereador do Pelouro do Desporto, Dinamização Territorial e Turismo, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro – registo n.º 21617/25

Depois de submetida a discussão e votação foi a atribuição de um subsídio excecional à AXM-Associação de Xadrez da Maia, no montante de € 5.000,00 (cinco mil euros), e o apoio logístico, para a realização do "Programa Maia Xadrez", inserido no projeto MDPT-MCD, aprovada por unanimidade. A comparticipação financeira será liquidada por conta da rubrica própria constante no Orçamento do Município para o corrente ano, após a celebração de Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, nos moldes da minuta anexa.

8. **Concessão de um benefício público à Comissão Fabriqueira da Freguesia de Folgosa para a realização das Festas em Honra de São Frutuoso – 5.000,00€ (cinco mil euros)**

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, e pelo Senhor Vereador do Pelouro da Cultura e Conhecimento, Mário Nuno Alves de Sousa Neves – registo n.º 38650/25

Depois de submetida a discussão e votação foi a concessão de um benefício público à Comissão Fabriqueira da Freguesia de Folgosa, no valor de 5.000,00€ (cinco mil euros), tendo em vista a atribuição de uma comparticipação financeira para a realização das Festas em Honra de São Frutuoso, que decorrerão no lugar de Frutuoso, de 12 a 15 de setembro, na freguesia de Folgosa, **aprovada por unanimidade.** Este apoio destina-se a custear algumas despesas relacionadas com a realização da referida festividade, designadamente com a contratação de espetáculos musicais, som e luz, iluminação de ruas, fogo de artifício, policiamento, seguros, direitos de autor, assim como com a obtenção de todas as licenças necessárias e obrigatórias para a realização desta festividade.

9. **Concessão de um benefício público à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Maria de Avioso para a realização da Festa em Honra do Senhor da Agonia de Ferreiró – 3.000,00€ (três mil euros)**

   Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, e pelo Senhor Vereador do Pelouro da Cultura e Conhecimento, Mário Nuno Alves de Sousa Neves – registo n.º 37152/25

Depois de submetida a discussão e votação foi a concessão de um benefício público à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Maria de Avioso, no valor de 3.000,00€ (três mil euros), tendo em vista a atribuição de uma comparticipação financeira para a realização da Festa em Honra do Senhor da Agonia, que decorrerá de 5 a 8 de setembro, em Ferreiró, na freguesia do Castêlo da Maia, aprovada por unanimidade. Este apoio destina-se a comparticipar algumas despesas relacionadas com a realização da referida festividade, designadamente com a contratação de espetáculos musicais, som e luz, iluminação de ruas, fogo de artifício, policiamento, seguros, assim como com a obtenção de todas as licenças necessárias e obrigatórias para a realização desta festividade.

10. **Ratificação da adenda ao contrato de concessão de benefício público à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Martinho da Barca, na freguesia do Castêlo da Maia, para as obras de restauro da Capela do Senhor da Santa Cruz, celebrado aos 5 dias do mês de setembro de 2024**

    Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 55500/24

Depois de submetidas a discussão e votação foi a ratificação a "Adenda ao Contrato de Concessão de Benefício Publico", efetuada em 25 de julho de 2025, **aprovada por unanimidade.**

11. **50 Anos do Agrupamento de Escolas de Águas Santas – Concessão de benefícios públicos para a aquisição de busto comemorativo – Retificação**

    Informação do Departamento de Finanças e Património – registo n.º 25862/25

Depois de submetidas a discussão e votação foi a retificação da deliberação tomada na reunião de Câmara Ordinária de 07 de julho de 2025, **aprovada por unanimidade.**

12. **Declaração do âmbito e abrangência de poderes da Espaço Municipal no domínio da gestão de património municipal – edifício a afetar a serviços de restauração e espaço exterior afeto para instalação de esplanada (Cafetaria da Feira da Maia)**

    Proposta subscrita pela Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Emília de Fátima Moreira dos Santos

A Senhora Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, questionou se era a Espaço Municipal que iria passar a gerir todo o património Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, respondeu que sim. A Espaço Municipal tinha uma equipa e uma gestão mais eficiente e existia para gerir esse tipo de património do Município.

Depois de submetida a discussão e votação foi: a) Aprovação da declaração de abrangência dos poderes de gestão, manutenção, conservação e demais obrigações inerentes ao património municipal, que decorrem do Contrato-programa de 2009,

concretamente no que se reporta ao edifício a afetar à designada "Cafetaria da Feira da Maia" e espaço exterior afeto à instalação da respetiva esplanada e acessos, na empresa municipal Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., S.A.; b) Aprovação, no encalço e contexto da alínea anterior, a lista de património que se propõe incluir no âmbito da gestão da empresa municipal, sob os Anexos I e II, correspondente, no caso concreto, ao imóvel a afetar à designada "Cafetaria da Feira da Maia" e espaço exterior afeto à instalação da respetiva esplanada e acessos, **tudo aprovado por unanimidade.**

13. **Empreitada de "Requalificação de equipamentos de saúde primária – USF Alto da Maia, na freguesia de Águas Santas**

    Informação da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento – registo n.º 38/25

Depois de submetida a discussão e votação foi a ratificação da proposta de decisão dos pedidos de esclarecimentos/listas de erros e omissões e prorrogação de prazo para apresentação de propostas, **aprovada por unanimidade.**

14. **Solicita isenção de taxas de licenças para evento religioso – Festa do Senhor de Santa Cruz de 11 a 14 de setembro – Fábrica da Igreja Paroquial de S. Martinho de Barca**

    Informação da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 41352/25

Depois de submetidas a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Fábrica da Igreja Paroquial de S. Martinho de Barca, **aprovado por unanimidade.**

15. **Pedido de isenção de taxas de licenças para Festival Panda 2025 – Firma Lemon Ibéria Lda.**

    Informação da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 39404/25

Depois de submetida a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Firma Lemon Iberia Lda., **aprovado por unanimidade.**

16. **Solicita isenção de taxas relativa a licença especial de ruído para sunset solidário no parque de Moutidos dia 26/07/2025 – Rotary Clube de Águas Santas**

    Informação da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 40289/25

Depois de submetida a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pelo Rotary Clube de Águas Santas, **aprovado por unanimidade.**

17. **Pedido de isenção de taxas de licenças para evento – Slidefest 16 e 17 agosto – Junta Freguesia de Moreira**

    Informação da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 38302/25

Depois de submetidas a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Junta de Freguesia de Moreira, **aprovado por unanimidade.**

18. **Pedido de isenção de taxas para evento – Noite Branca – Junta de Freguesia de Folgosa**

    Informação da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 39513/25

Depois de submetida a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Junta de Freguesia de Folgosa, **aprovado por unanimidade.**

19. **Solicita isenção de taxas para evento religioso – Festa Nossa Senhora da Guadalupe Águas Santas 5 a 8 de setembro – Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Maria de Águas Santas**

    Informação da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 40341/25

Depois de submetida a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Maria de Águas Santas, **aprovado por unanimidade.**

20. **Solicita isenção de taxas para licença especial de ruído de obra Municipal – Valcomar Investimentos Unipessoal Lda.**

Informação da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 39844/25

Depois de submetidas a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Firma Valcomar Investimentos Unipessoal, Lda, **aprovado por unanimidade.**

21. **Solicita isenção de taxas de reboque e aparcamento de viatura matrícula 05-40-BB – Hélder Filipe Gonçalves Rodrigues**

    Informação da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 38170/25

Depois de submetidas a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado por Hélder Filipe Gonçalves Rodrigues, **aprovado por unanimidade.**

22. **Solicita isenção de taxas de reboque e aparcamento de viatura – Mirione José dos Santos Atumane**

    Informação da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 42307/25

Depois de submetidas a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado por Mirione José dos Santos Atumane, **aprovado por unanimidade.**

23. **Solicita isenção de taxas de licenças para o evento "Fim de Semana Cultural" 30/07 a 05/08/2025 – Junta de Freguesia de S. Pedro de Fins**

    Informação da Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 37281/25

Depois de submetidos a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Junta de S. Pedro de Fins, **aprovado por unanimidade.**

24. **Contrato de comodato a celebrar entre o Município da Maia, a Associação de Moradores da Granja e Punishers Law Enforcement Motorcycle Club Portugal, para cedência do prédio urbano sito na Rua Manuel Francisco Araújo, freguesia de Águas Santas, concelho da Maia**

    Despacho subscrito pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 38456/25

Foi tomado conhecimento.

25. **Celebração de Escritura Pública de Permuta de um prédio urbano e de uma parcela de terreno, sitos na Rua Camilo Castelo Branco e Lugar de Granja, respetivamente, na freguesia de Águas Santas, Concelho da Maia**

    Despacho subscrito pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 36618/25

Foi tomado conhecimento.

26. **Deliberações tomadas na 4.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal**

    Ofício da Assembleia Municipal – registo n.º 42159/25

Foi tomado conhecimento.

27. **Resumo diário da tesouraria**

Foi tomado conhecimento.

A Câmara Municipal mais deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações tomadas, para efeitos de execução imediata.

Pelas 18:28 o Senhor Presidente da Câmara encerrou a reunião, da qual se lavra a presente ata, que é constituída por 15 (quinze) páginas e respetivos anexos.

O Presidente da Câmara Municipal da Maia

António Domingos da Silva Tiago

A Secretária da Reunião

Marisa Neves

Maia e Paços do Concelho, 18 de agosto de 2025